

Quanto vale a liberdade? A antropologia da academia, 40 anos depois¹

What is freedom worth? The anthropology of academia, 40 years later

Edilson Márcio Almeida da Silva

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Este texto celebra os 40 anos de *A antropologia da academia: quando os índios somos nós*, ensaio seminal do antropólogo Roberto Kant de Lima. Baseado em sua experiência como estudante de pós-graduação nos Estados Unidos, o autor analisa uma série de práticas acadêmicas, contrastando-as com as observadas, ao longo de sua formação, em cursos de graduação e pós-graduação brasileiros. Ao escrutinar a “disciplina pela forma” dos americanos e problematizar a sua pretensão modelar, Kant de Lima faz uma crítica contundente ao colonialismo cultural, alertando sobre a necessidade de exploração criativa do nosso próprio fazer antropológico. Do ponto de vista formal, o texto está estruturado em duas partes. A primeira apresenta os aspectos centrais do ensaio, nos moldes de uma resenha. A segunda traz à tona alguns dos seus desdobramentos, não só no que se refere à produção intelectual do autor, como às práticas institucionais que, ao longo dos anos, sedimentaram a sua trajetória acadêmico-profissional. Sucesso de público, com três tiragens esgotadas, o trabalho chegou a enfrentar rejeições sistemáticas à sua reedição. Mas, talvez, o fato mais inusitado refira-se à pouca (ou nenhuma) atenção que lhe foi dispensada pela crítica especializada, um equívoco que, com décadas de atraso, este texto pretende ajudar a corrigir.

Palavras-chave: Etnografia, Práticas Acadêmicas, Comparação Por Contraste, Colonialismo Cultural.

¹ Agradeço aos membros da equipe editorial de Antropolítica, em especial à Lucia Eilbaum, pela gentileza e receptividade com que acolheram a proposta de publicação deste texto.

Recebido em 18 de março de 2025.
Aceito em 09 de maio de 2025.



ABSTRACT

This text commemorates the 40th anniversary of *The Anthropology of Academia: When the Indians are Us*, a seminal essay by anthropologist Roberto Kant de Lima. Based on his experience as a graduate student in the United States, the author analyzes a series of academic practices, contrasting them with those he observed during his undergraduate and graduate studies in Brazil. By examining the Americans' emphasis on "discipline by form" and problematizing its claim to modeling, Kant de Lima offers a pointed critique of cultural colonialism, alerting us to the need to creatively explore our anthropological practice. The text is structured in two parts from a formal point of view. In the first, the aim is to present the central aspects of the essay, along the lines of a book review. The second seeks to highlight some of its implications regarding the author's intellectual production and the institutional practices that have shaped his academic and professional career over the years. A public success, with three print runs sold out, the work faced systematic rejections upon its reissue. But perhaps the most unusual fact about it refers to the little (or no) attention it received from specialized critics, a mistake that, decades late, this text aims to help correct.

Keywords: Ethnography, Academic Practices, Comparison by Contrast, Cultural Colonialism.

INTRODUÇÃO

*Durante anos, fiz cara de TAMBÉM O LI toda vez que alguém se referia ao ensaio. O livro fitava-me tentadoramente da estante. Mas só há pouco o li - e admirei. Ora adaptadas, as palavras do cientista político Guillermo O'Donnell² bem poderiam ter sido empregadas por mim para aludir à leitura tardia que fiz de *A antropologia da academia: quando os índios somos nós*, de Roberto Kant de Lima (1997). Não obstante a demora, gosto de pensar que a leitura ocorreu em um momento oportuno. E isso por diversas razões, inclusive, a de atualmente me sentir em melhores condições para analisar um trabalho cuja relevância, em tempos pretéritos, talvez não fosse capaz de aquilatar.*

Em virtude da admiração intelectual e de afinidades temáticas, ao longo das últimas

2 No texto original, sem elisões, consta o seguinte: "*Llevaba años poniendo cara de YO TAMBIEN LO LEI cada vez que alguien aludía a "Você sabe com quem está falando?". El libro de Roberto da Matta pasó un tiempo mirándome tentadoramente desde la biblioteca. Pero sólo hace poco tiempo lo leí - y admiré*" (O'Donnell, 1984, p. 5).

décadas, tenho acompanhado com interesse as reflexões de Kant de Lima sobre organizações policiais e judiciais, no Brasil e nos Estados Unidos. Tanto quanto possível, também dedico atenção às etnografias produzidas por seus orientandos, cujo interesse nos processos de administração de conflitos e produção da verdade incide, majoritariamente, nos campos da segurança pública e do judiciário³. Todavia, diante da impossibilidade de recobrir todo o avolumado de artigos, teses e livros⁴, algumas leituras acabam por ficar pendentes, uma falta que nem sempre sou capaz de reparar. Felizmente, não foi esse o caso de *A antropologia da academia...*

Quando cursei a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF), nos já longínquos anos 1990, as referências de docentes e discentes ao ensaio eram relativamente frequentes. Tanto que, em pouquíssimo tempo, ele já me soava familiar, ainda que não fosse, de fato, conhecido (Velho, 1978). Nas aulas, seminários, palestras, reuniões de pesquisa e até mesmo em bate-papos informais, de quando em quando, alguém indicava a sua leitura ou tecia comentários a seu respeito. O apreço pelo trabalho era compartilhado por muitos, inclusive pelo próprio autor que, sem disfarçar sua predileção, por mais de uma vez, declarou que, dificilmente, escreveria algo melhor.

Tal distinção justifica-se pelo caráter seminal do ensaio, como deixa ver o prefácio à segunda edição brasileira⁵, no qual Kant de Lima (1997) se diz surpreso com o fato de ele trazer quase todas as questões das quais viria a se ocupar profissionalmente. Buscando dialogar com essa asserção, este texto tem por objetivo apresentar os aspectos centrais do trabalho, nos moldes de uma resenha, e trazer à tona alguns dos seus desdobramentos, não só no que se refere à produção intelectual do autor, como às práticas institucionais que, ao longo dos anos, sedimentaram a sua trajetória acadêmico-profissional⁶.

3 Digo majoritariamente pois, para além dos supracitados, as etnografias se estenderam a campos empíricos como comunidades de pescadores artesanais, organizações religiosas, hospitais, arquivos, cartórios, cursos de graduação universitários, etc.

4 Até o fechamento deste texto, a produção de Kant de Lima contava com quatro livros autorais, 70 capítulos de livros e 66 artigos publicados em periódicos científicos, a organização de 29 coletâneas, bem como a orientação de 33 teses de doutorado e 84 dissertações de mestrado. Sou grato à equipe do Acervo do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (NEPEAC/UFF) por este levantamento e, mais particularmente, à Sônia Castro pela presteza com que me passou todas as informações solicitadas.

5 O ensaio foi também publicado no exterior, como parte de uma coletânea. Cf. Kant de Lima (1992).

6 Sem pretender simplificar uma discussão que é sabidamente complexa, cabe pontuar, aqui, que a construção da memória está relacionada às operações de “lembrar” e “esquecer”, bem como à elaboração “criativa” ou “inventiva” que se impõe diante das lacunas inevitavelmente deixadas pelo esquecimento (Goody, 2012). Com isso, quero dizer que assumo de antemão a responsabilidade por eventuais omissões, inconsistências ou incorreções contidas neste texto, cuja elaboração contou com pesquisas bibliográficas e arquivísticas, mas também se valeu de um esforço de rememoração de falas a que tive acesso, ao longo de décadas, nas ocasiões mais diversas.

“A PROPOSIÇÃO DE UM PROGRAMA DE PESQUISAS ENUNCIADO ENSAISTICAMENTE...”

A antropologia da academia poderia jamais ter existido. Digo, ter existido como é: um texto acadêmico, forjado segundo os critérios que definem um trabalho dessa natureza. Por conta de diferentes fatores – tais como a força da nossa tradição oral e a difusão de uma concepção enviesada de rigor científico –, a experiência que lhe serviu de base poderia ter se diluído num “anedotário referente às pesquisas de campo”, do tipo usualmente acionado para conferir sabor aos relatos “nas reuniões de antropologia, nos coquetéis e nos momentos menos formais” (Da Matta, 1978, p. 26-27). Se isso não ocorreu, decerto, não foi por acaso.

Como nota Peirano (2009, p. 53), “a pesquisa etnográfica não tem início em lugar especial ou momento determinado; ela tem espaço dentro de nós, quando mobilizamos uma sensibilidade específica”. Ao que tudo indica, teria sido esse tipo de sensibilidade que levou Kant de Lima a etnografar sua própria experiência de socialização acadêmica junto ao Departamento de Antropologia da Universidade de Harvard, em Cambridge, Massachusetts (EUA), ao passo em que pesquisava outra temática⁷, tendo em vista a consecução de sua tese de doutorado e a consequente obtenção do grau de PhD, entre o final dos anos 1970 e meados dos 80. Segundo o autor, o ensaio desempenharia o duplo propósito de “compreender e exorcizar” essa experiência.

Embora fundamentado em vivências pessoais e impulsionado pelas preocupações do pesquisador enquanto sujeito político, o texto caracteriza-se pela formalidade acadêmica, não lembrando em nada experimentos etnográficos de cariz narcísico tão ao gosto dos tempos correntes. Diante dos dispositivos de inculcação do conhecimento promovida por uma das mais conceituadas instituições de ensino e pesquisa, Kant de Lima empenhou-se em desnaturalizar práticas acadêmicas que, embora locais, eram representadas como universais – inclusive, fora do seu contexto de origem –, o que lhes conferia o *status* de modelo normativo a ser seguido. Destarte, adotou um posicionamento crítico ao colonialismo cultural, questionando-se sobre a “possibilidade da produção de um conhecimento antropológico capaz de descobertas esclarecedoras no âmbito da interpretação de países do Terceiro Mundo e, em especial, do Brasil” (Kant de Lima, 1997, p.13). Com isso, antecipou-se a um debate que ganharia relevo

⁷ A temática de interesse principal do autor residia nos processos judiciais de produção da verdade, o que o levou a desenvolver uma pesquisa pioneira no Brasil, enfocando a questão da ética policial e suas implicações práticas. Originalmente concebido como tese (Kant de Lima, 1986), o trabalho foi traduzido e publicado como livro (Kant de Lima, 1995), tornando-se uma obra de referência para os interessados nas áreas da justiça criminal e segurança pública.

no final da década de 1990⁸, consoante às transformações políticas e epistemológicas de um contexto caracterizado como pós-colonial ou decolonial.

Tal qual acontece com outros tipos de dominação, o colonialismo cultural tende a se revestir de várias formas. Seus mecanismos de produção, reprodução e legitimação são, por vezes, sutis, cabendo ao pesquisador dedicado ao tema explicitá-los. Foi o que fez Kant de Lima ao enfocar os múltiplos aspectos de um processo de normalização no qual a “disciplina pela forma” apresentava-se, ao mesmo tempo, como um meio e um fim. Dentre tais aspectos, haveria, pelo menos, três que merecem destaque, sendo o primeiro deles a assim chamada “aversão pela explicitação do próximo”.

Durante o período que passou em Harvard, o autor foi reiteradamente surpreendido pela falta de referências dos docentes e discentes à sociedade americana⁹. Em consonância com um *ethos* social mais geral, os membros da “comunidade” acadêmica pareciam comungar de um tácito acordo, segundo o qual o olhar antropológico deveria ser dirigido a coisas “realmente” longínquas. A postura de refração à autoanálise era nitidamente “reforçada pela convicção arraigada na sociedade americana de que ela não possui “cultura” no sentido antropológico do termo” (Kant de Lima, 1997, p. 31), algo perceptível na naturalização do *american way of life*, que se estendia a todas as esferas da vida social, inclusive, a acadêmica, reforçando a crença de que “a maneira como [esta] se faz é a “melhor” maneira porque é a mais “saudável” ou a mais “simples” ou mais “racional”” (Kant de Lima, 1997, p. 31).

Outro aspecto a ser ressaltado refere-se à força do inglês como língua internacional. De modo geral, não há como ignorar a centralidade da língua inglesa enquanto meio privilegiado de difusão de informações, algo que também se faz notar no campo acadêmico. Tanto que pesquisadores de toda parte procuram investir na publicação de trabalhos em inglês, tendo em vista a ampliação do seu campo de influência e contato, o que, em tese, lhes facultaria um maior acesso a recursos do mercado intelectual.

Dada a posição que as Universidades e a sociedade americanas ocupam no cenário mundial, pode-se dizer que a distinção conferida à língua inglesa tem sido cada vez mais assumida pelo inglês tal qual praticado nos Estados Unidos, o que estaria ligado ao papel desempenhado pela academia americana “enquanto produtora de cérebros e saberes úteis” (Kant de Lima, 1997, p. 35). Como nota o autor, a disciplina formal da escrita “acadêmica” não se restringe ao ambiente universitário. Ela permeia e orienta “a expressão de executivos das áreas

8 Assumo como marco histórico as pesquisas desenvolvidas no período pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano. Responsável pela formulação do conceito de “colonialidade do poder”, Quijano é considerado um importante intelectual da América Latina e costuma ser apontado como precursor dos estudos decoloniais.

9 Embora esteja a par das controvérsias envolvendo a questão, empregarei os gentílicos *americano(s)* e *americana(s)* com referência aos Estados Unidos por ser essa a forma originalmente adotada por Kant de Lima em seu ensaio.

dos negócios, do planejamento, do direito, da economia – e não só de nacionalidade americana” (Kant de Lima, 1997, p. 35), surtindo efeitos diretos nos modos de negociar, pensar e organizar assuntos referentes ao comércio internacional, às negociações diplomáticas, à formulação de políticas econômicas e à atuação de órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O último aspecto a destacar, aqui, refere-se aos mecanismos de instituição da “disciplina pela forma” na academia americana. Tais mecanismos eram evidenciados no dia a dia em situações as mais diversas, como nas perplexidades causadas pelas intervenções do autor nos seminários do curso ou na falta de clareza/organização dos seus textos escritos – o que, inclusive, o teria levado a se dedicar ao estudo das regras da *composition* por dois anos consecutivos. Nos cursos, Kant de Lima aprendeu, por exemplo, que cada parágrafo de um texto deve desenvolver uma ideia e apenas uma; que o primeiro e o último parágrafos devem sintetizar seu conteúdo; e que a referência a exemplos concretos era algo praticamente obrigatório. A lição fundamental, no entanto, consistia na formalização de um “ponto” (*point*) em conformidade com o rigor estilístico-científico próprio da produção acadêmica local. Dada a maneira como tais regras eram impostas, pode-se dizer que, na passagem por Harvard, para além de uma padronização dos estilos e formas de expressão escrita, o autor se viu às voltas com uma rigorosa “domesticação” dos modos de pensamento cujos dispositivos epistêmicos, mais que legítimos, eram tidos como os únicos verdadeiramente válidos.

Para tirar o melhor proveito de sua experiência etnográfica, Kant de Lima lançou mão de uma perspectiva comparada que, como assinala Evans-Pritchard (2021, p. 1), constitui “um dos procedimentos essenciais de toda ciência e um dos procedimentos elementares do pensamento humano”. Nesse sentido, analisou a experiência vivida nos Estados Unidos a partir de um olhar contrastivo com a socialização acadêmica a que foi submetido no Brasil, em especial, durante a graduação em Ciências Sociais e a pós-graduação em Antropologia¹⁰. O confronto das vivências nos dois países fez com que o autor passasse a figurar entre os pesquisadores brasileiros que tomaram os Estados Unidos como uma espécie de “alteridade paradigmática” para estudos comparativos, atualizando, assim, uma “prática [que] remonta ao estudo clássico sobre preconceito racial de Oracy Nogueira” (Peirano, 1999, p. 237). A assumida inspiração vinha dos trabalhos de Roberto DaMatta¹¹, que se notabilizara por contrastar instituições do Brasil e dos Estados Unidos “de forma inédita e criativa [...]... explorando as consequências que tais contrastes provocam de uma perspectiva sociológica” (Kant de Lima, 2000, p. 105).

10 Além da graduação em Ciências Sociais (1971-1974) e da pós-graduação em Antropologia Social (mestrado, 1974-1978), Kant de Lima também cursou uma graduação em Direito (1964-1968) que, segundo o próprio, veio a ter um peso comparativamente menor na discussão estabelecida.

11 Talvez seja oportuno lembrar que DaMatta foi orientador de Kant de Lima no curso de mestrado em Antropologia Social (Museu Nacional/UFRJ), vindo a se tornar alguém com quem conviveria profissionalmente desde então.

A comparação pôs frente à frente dois sistemas de práticas e representações que respondiam de maneiras distintas à questão que orienta a parte descritiva do trabalho, qual seja: como se produz um antropólogo? Os “relatos” acerca de tais sistemas nos colocam a par de como, em cada contexto, os agentes lidam com questões relativas à oralidade e à escrita, à formalidade e à informalidade, bem como à organização do espaço e do tempo.

Tendo sido socializado em um ambiente acadêmico no qual, além da Faculdade, os estudantes se encontravam com os professores em suas casas, bares e restaurantes, complementando, inclusive, os ensinamentos ministrados durante as aulas, Kant de Lima não precisou de muito tempo para entender que, no contexto americano, relações e acontecimentos sociais não se misturam com relações profissionais e acadêmicas¹². No melhor estilo cada-coisa-a-seu-tempo-e-todas-no-seu-devido-lugar, os novos anfitriões eram categóricos ao delimitar que os assuntos a serem conversados socialmente deviam ser desvinculados da prática ou teoria antropológica. O mesmo tipo de contraste era observado nas posturas adotadas por discentes e docentes durante as aulas. Enquanto, no contexto brasileiro, predominavam seminários ou discussões em grupo, nos quais o desempenho oral dos estudantes era estimulado e valorizado, no americano, o “ensino acadêmico se atualizava na forma de conferências (*lectures*) pronunciadas a partir de texto escrito e lido pelo professor, pelo período exato de uma hora, diante de plateias constituídas de alunos da graduação e da pós-graduação” (Kant de Lima, 1997, p. 23)¹³.

Um aspecto que parece ter atraído particularmente a atenção do etnógrafo foram os contrastes entre os modos de organização do tempo nos dois contextos pesquisados. Conforme a sua descrição, no americano, haveria todo um rigor no controle de duração das aulas e atividades afins, o que diferia (e muito!) do que acontecia no contexto brasileiro, onde o “horário e o conteúdo das aulas não eram cumpridos com rigidez, não havendo hora certa para começar nem para terminar” (Kant de Lima, 1997, p. 21). No que diz respeito à escrita, o contraste entre as formas de socialização acadêmica era igualmente acentuado. Enquanto no primeiro caso preconizava-se a já referida “disciplina pela forma”, com todo o hermetismo de suas regras, no segundo, os trabalhos escritos – que, assim como os seminários e trabalhos em grupo, serviam de base para a avaliação dos estudantes –, tinham entre os critérios mais importantes de julgamento a dose de “criatividade” que apresentavam, sobretudo, quando

12 A rígida separação entre os planos formal e informal pode ser ilustrada pelo estabelecimento de um dia e horário específicos para as relações de sociabilidade envolvendo membros da comunidade acadêmica. Como salienta o autor, entre as diversas atividades da pós-graduação, toda quinta-feira realizavam-se *beer hours*, custeadas pelo Departamento, com o objetivo manifesto de “promover e institucionalizar nossa interação social, contando com a presença de professores, alunos e convidados” (Kant de Lima, 1997, p. 28).

13 Ainda que permitidas, raras eram as vezes em que os estudantes intervinham nas aulas ou dirigiam perguntas aos professores. Segundo o autor, “as ocasiões de discussão e explicitação de dúvidas eram as de seminários (*seminars*) quinzenais com o professor ou seus monitores” (Kant de Lima, 1997, p. 23-24).

esta vinha acompanhada do domínio de uma “certa forma literária na apresentação correta da matéria conceitual” (Kant de Lima, 1997, p. 22).

Muito já se disse sobre a importância da comparação para o fazer antropológico, inclusive, que ela constitui o recurso que permite “vermos a nós mesmos em perspectiva” (Dumont, 2000, p. 23), levando-nos, por vezes, a estranhar o que “está petrificado dentro de nós pela reificação e pelos mecanismos de legitimação” (DaMatta, 1978, p. 29). Se, num primeiro momento, a comparação entre as referidas práticas acadêmicas tinha por objetivo problematizar a “disciplina pela forma” americana, a postura adotada em relação a nossos próprios modos de produção e reprodução do conhecimento não haveria de ser outra. Mesmo porque, para celebrarmos nossa identidade, não precisamos (e nem devemos!) endossar tradições cuja existência, nos tempos atuais, não se justificaria senão pela força dos costumes e das convenções. No caso, tão importante quanto dar vazão a “nossas formas de expressão literárias e criativas, incapazes de descobertas bem-comportadas; nossa oralidade e prolixidade; nossa impontualidade e falta de objetividade” (Kant de Lima, 1997, p. 56), seria olharmos criticamente para práticas e representações herdadas de contextos d’antanho que, tendo resistido à ação do tempo, continuam a ter efetiva presença nas formas de controle da produção intelectual a que estamos submetidos.

Seria essa, afinal, a questão fundamental enfocada por Kant de Lima em seu ensaio. Partindo do pressuposto de que o controle exercido sobre os processos acadêmicos de produção e reprodução do conhecimento se dá menos pela censura dos conteúdos do que pela maneira como são transmitidos, ele conferiu centralidade analítica à “imposição da forma acadêmica de expressão que, em última análise, orienta e organiza o pensamento e impõe limites à produção intelectual, domesticando-a” (Kant de Lima, 1997, p. 39). Os contrastes ora apontados não teriam outra motivação senão identificar as formas de expressão privilegiadas em cada contexto para, em seguida, dissecar os seus fundamentos. Como esclarece o autor, tais formas de expressão têm relação direta com mecanismos disciplinares que, por seu turno, estão ligados à maneira como as sociedades representam a si mesmas. Posto que as representações não são idênticas nas sociedades e academias americana e brasileira, as diferenças entre elas acabam por se refletir nas respectivas maneiras adotadas para “tornar público” o pensamento e nas regras que presidem sua expressão. Assim, “a uma produção escrita, cristalizada, disciplinada formalmente, literal e explícita opõe-se uma oral e fugaz, a que correspondem formas repressoras, implícitas e interpretativas de controle social” (Kant de Lima, 1997, p. 40).

A fim de esclarecer como operam, na prática, as aludidas formas de expressão, cabe fazer uma breve referência a duas situações que considero especialmente ilustrativas. A primeira diz respeito a uma advertência imposta ao autor por um dos professores, em Harvard, diante da sua tentativa de intervir durante a aula, tendo por base uma referência bibliográfica que não constava no programa do curso. Tão logo esboçada a intervenção, o docente o teria

interrompido, indagando se o restante da turma conhecia o trabalho em questão. Diante da negativa, o estudante foi orientado a, doravante, se ater aos textos listados na bibliografia do curso, aos quais todos teriam acesso, se assim o desejassem. A segunda situação está relacionada ao fato de, no Brasil, ser relativamente comum professores trabalharem com uma espécie de “bibliografia oculta” que, por não estar indicada em lugar algum, faz deles, em detrimento dos textos, a fonte privilegiada de acesso ao conhecimento. Uma importante consequência desse tipo de postura é que fica inteiramente a cargo dos docentes decidir, conforme seus critérios, quando, onde, como e, claro, a quem tal conhecimento será preferencialmente disponibilizado.

Situações como as descritas nos colocam diante de formas de expressão e controle da produção intelectual notadamente distintas: uma pautada pela disciplina e a outra, pela repressão. Na primeira, teríamos a ênfase na publicização escrita do conhecimento, que só produz efeitos considerados legítimos quando tal conhecimento é acessado universalmente. Já a segunda conta com uma forma de expressão mais restritiva, de base oral, que encara o conhecimento como um bem que não deve ser distribuído igualmente na sociedade e, sim, de forma particularizada, logo, excludente. Embora o autor procure se pautar pela prudência, evitando generalizações do tipo “no Brasil é assim; já nos Estados Unidos...”, não há como deixar de identificar a existência de uma relação de homologia entre as formas acadêmicas e aspectos mais gerais das sociedades brasileira e americana, cujos efeitos se fazem sentir de diferentes maneiras, inclusive, na significação respectivamente atribuída à noção de *público* que, com o tempo, viria a se tornar um importante operador analítico para Kant de Lima.

Nas discussões a esse respeito, o antropólogo tem assinalado que, no português praticado entre nós, diferentemente do que ocorre em inglês (*public*) ou francês (*publique*), a categoria *público* costuma ser aproximada e, por meio de um deslize semântico, confundida com a noção de *estatal*. Com base na comparação entre os modelos de administração de conflitos vigentes no Brasil e nos Estados Unidos, ele esclarece que, enquanto *public* remete a algo coletivo, a um domínio da sociedade, a ideia de *público* é comumente associada à figura de um Estado distante e impessoal, que controla tal domínio de acordo com “suas” regras. Os efeitos disso são diversos, podendo ser percebidos nas relações estabelecidas, em cada contexto, entre os cidadãos e o aparato legal a que estão formalmente submetidos. Assim, ao passo que na tradição americana “a desobediência à lei e, por extensão, a qualquer regra social será identificada socialmente como uma transgressão moral, uma ruptura de um genérico e abstrato contrato social” (Kant de Lima, 2001, p. 12), na brasileira, as leis são muitas vezes encaradas como emanções de uma entidade soberana que paira sobre nossas cabeças, inspirando desobediência e/ou desrespeito por não serem reconhecidas como expressão legítima dos interesses dos cidadãos.

Desse modo, enquanto no primeiro modelo a categoria *public* faz referência a um domínio compartilhado por indivíduos que se reconhecem como genérica e formalmente iguais

– o que o erige à condição de uma extensão de todos e cada um –, no segundo, a ideia de *público* está vinculada à representação de algo exterior aos indivíduos, o que, em diversas ocasiões, o torna antagônico aos seus interesses. Em suma, isso quer dizer que, no Brasil, a noção de *público* é frequentemente associada a uma realidade distante, com a qual não nos identificamos e, portanto, nos soa indiferente. Prova disso, como aponta Kant de Lima (1991), encontra-se no comportamento aparentemente contraditório de brasileiros que, em seu cotidiano, criticam a sujeira das ruas e parques públicos, a desorganização do nosso tráfego, a falta de urbanidade em nossas relações cotidianas, mas, quando são surpreendidos praticando ações dessa natureza, revidam à admoestação com a famigerada pergunta: a rua é sua? Num contexto em que a concepção de *público* encontra-se tão fortemente associada à figura abstrata do Estado, os domínios assim definidos acabam por ser apartados dos indivíduos comuns, isto é, dos sujeitos empíricos de carne e osso que, sem ter para com eles qualquer identificação, não enxergam no desrespeito ao que é público um desrespeito a si mesmos ou aos seus concidadãos.

Intellectualmente instigantes, reflexões como essa atravessam toda a obra de Kant de Lima, com desdobramentos tangíveis que, a um só tempo, enriquecem a teoria antropológica e a extrapolam. A bem da verdade, ele sempre se mostrou preocupado com a inserção social da Universidade e com a produção de um conhecimento “politicamente eficaz na tão desejada transformação de nossa realidade social e cultural” (Kant de Lima, 1997, p. 57). Nesse sentido, eu não poderia deixar de fazer referência a, pelo menos, alguns projetos institucionais que, sob sua direção, buscaram dialogar seja com o poder público, a iniciativa privada, movimentos sociais ou representações da sociedade civil organizada.

Entre esses projetos, há que se mencionar o Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, cuja primeira edição ocorreu no ano 2000, tendo como público-alvo oficiais da Polícia Militar. Inicialmente financiado pela Fundação Ford e, a seguir, pelo Instituto de Segurança Pública da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, o curso de pós-graduação se estenderia, posteriormente, a capitães, delegados de polícia e demais interessados nas temáticas em questão.

Uma segunda iniciativa que merece destaque é o Bacharelado em Segurança Pública e Social da UFF, o primeiro curso de graduação dedicado ao tema do Brasil. Realizado na modalidade presencial, suas atividades tiveram início no primeiro semestre de 2012, tendo em vista a formação de profissionais capacitados para atuar nas áreas de gestão, avaliação e promoção de políticas públicas, pesquisa acadêmica, entre outras.

No mesmo sentido, deve-se ressaltar o Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social, criado em 2013 no âmbito do Departamento de Segurança Pública da UFF. Oferecido na modalidade semipresencial, o curso é fruto da articulação de diferentes instituições, como a Universidade Federal Fluminense, a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a

Distância do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Segurança Pública. Diferentemente do Bacharelado, o Curso de Tecnólogo tem como público-alvo os profissionais das carreiras de segurança pública, conforme o catálogo de cursos superiores em tecnologia do MEC.

Além de afinidades teórico-metodológicas, tais iniciativas têm em comum o fato de que almejam a formação de quadros para atuar na área da segurança pública, mas não do ponto de vista do Estado e, sim, da sociedade, o que, na prática, habilitaria os egressos a pesquisar, formular, propor, administrar e executar ações a partir das teorias democráticas e nos moldes de um Estado Democrático de Direito.

Pode-se afirmar que essas e outras importantes iniciativas – como a criação do Departamento de Segurança Pública da UFF, em 2011, e do Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança (PPGJS), em 2018 – deitam suas raízes junto ao Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP), cuja criação remonta a 1994. Integrado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política (PPGACP), ora tão-somente Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA)¹⁴, o NUFEP representa um ponto de inflexão nos empreendimentos acadêmicos envolvendo processos de produção da verdade e administração institucional de conflitos. O núcleo foi coordenado durante quatro anos por seu fundador, o Professor Emérito Luiz de Castro Faria, até que, entre 1998 e 2010¹⁵, Kant de Lima assumiu a coordenação executiva, tornando-se responsável, entre outras ações, por firmar acordos e convênios em âmbito nacional e internacional. Ciente do seu caráter estratégico e inovador, ele avaliaria nos seguintes termos o papel institucionalmente desempenhado pelo NUFEP:

[O núcleo] tem contribuído vigorosamente para a aplicação e divulgação do saber universitário, tanto do ponto de vista acadêmico, através dos inúmeros livros, artigos, capítulos de livros e dissertações [...]..., como em caráter de extensão, na administração de problemas suscitados pela sociedade, ao mesmo tempo em que proporciona campo empírico e espaço de discussão teórico-metodológica para os pesquisadores do Programa de Pós-Graduação [em Antropologia], que têm seus saberes desafiados pelo conjunto de demandas que se forma no entorno da universidade. Acreditamos assim, que o NUFEP tem cumprido papel fundamental na formação de nossos alunos, na integração de nossas pesquisas multidisciplinares e na interação profícua com outras instituições de pesquisa e ensino e com a sociedade em que se encontra inserido, mantendo-se fiel aos princípios que orientaram sua criação e fazendo jus a seu fundador (Kant de Lima, 2006, p. 43).

Entre as principais conquistas associadas ao NUFEP ao longo de sua história, certamente, há que se destacar a aprovação do Programa de Pesquisa do Instituto de Estudos Comparados

14 Criado conjuntamente em 1994, o PPGCP foi desmembrado em 2002, dando origem a dois programas de pós-graduação independentes nas áreas de Ciência Política e Antropologia.

15 Atualmente, o NUFEP está sob a coordenação do Professor Fábio Reis Mota, que é vinculado ao PPGA e ao Departamento de Antropologia da UFF.

em Administração Institucional de Conflitos (InEAC) como um dos 122 institutos de ciência e tecnologia contemplados no edital promovido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em 2008. A parceria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) tem contribuído para a consolidação de uma ampla rede, nacional e internacional, de formação e pesquisa, integrada por programas de Pós-graduação e núcleos de pesquisa de instituições de diferentes estados brasileiros e países. Sediado na UFF e sob a coordenação de Kant de Lima, o Instituto abriga, hoje, mais de 300 pesquisadores, contando, também, com consultores internacionais da França, Portugal, Estados Unidos, Canadá e Angola. Em fina sintonia com as demandas dos nossos tempos, a construção de redes de pesquisa, como o InEAC, tem sido de vital importância para o processo de internacionalização das Ciências Sociais que, em princípio, passaria pela internacionalização dos Cientistas Sociais. Particularmente no caso da Antropologia, tal processo encontra um importante suporte na vocação comparativa da disciplina que, a despeito das variações de enfoque, a acompanha desde suas origens, na segunda metade do século XIX.

Como se sabe, pensar comparativamente implica admitir “que o homem não se enxerga sozinho. E que ele precisa do outro como seu espelho e guia” (DaMatta, 1978, p. 12). No que concerne à antropologia praticada em países do Terceiro Mundo, como o Brasil, esse reconhecimento decerto extrapola o projeto teórico de “alargamento do universo do discurso humano” (Geertz, 1978, p. 24), constituindo-se, antes, em pré-condição para o enfrentamento de males, como os associados ao colonialismo cultural. Conforme observa Kant de Lima, “uma antropologia que pretenda descolonizar-se há que voltar seus olhos para outras sociedades que não o Brasil, num esforço deliberado de libertação e criação de novos conceitos e interpretações de nossa própria sociedade” (Kant de Lima, 1997, p. 56). Noutras palavras, isso significa que precisamos voltar nossos olhos para a Europa e para os Estados Unidos – posto que são fundamentais para o entendimento das raízes de nossa dominação cultural –, tanto quanto para “as sociedades do Terceiro Mundo, em especial nossos vizinhos latino-americanos, cujas respectivas diferenças e semelhanças deverão aguçar a nossa compreensão sociológica dos outros e, afinal, de nós mesmos” (Kant de Lima, 1997, p. 56). Cabe assinalar que, embora necessária, essa busca pelo “outro”, em hipótese alguma, deve se dar de forma acrítica, sobretudo, quando ela se refere aos ditos “países centrais”. Nesse caso em especial, urge que nos comportemos como uma “câmara de decantação na periferia” (Arantes, 1991), que se abre para o mundo, mas sem prescindir de sua identidade própria; que se relaciona com outras tradições nacionais e/ou continentais, mas o faz de forma dialógica, não mimética.

Essa tem sido a postura que anima o InEAC, o NUFEP e demais projetos institucionais cuja fonte inspiradora, sem sombra de dúvidas, encontra-se em *A antropologia da academia...*

que, nos anos 1980, pode ter vindo a figurar como apenas um trabalho acadêmico, mas hoje se traduz como a “proposição de um programa de pesquisas, enunciado ensaisticamente, a partir de uma experiência etnográfica que explicitou uma gama de questões ainda não devidamente discutidas, nem esgotadas, em nossa academia” (Kant de Lima, 2011, p. 11-12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde meados de 2022, vinha nutrindo o desejo de escrever este texto. À época em que surgiu a ideia, eu ministrava uma disciplina para estudantes de pós-graduação¹⁶ dedicada às relações entre saber e poder em diferentes domínios da vida social, inclusive, o acadêmico (o que levou o ensaio em tela à bibliografia do curso). Na véspera da data marcada para a sua discussão, decidi escrever ao autor a fim de cumprimentá-lo e dizer o quão estimulado me sentia com a leitura. Vinte minutos depois, ele retornou à mensagem com duas colocações que considero dignas de nota. Primeiramente, ecoando falas anteriores, dizia que aquele era o melhor texto que já tinha escrito. Em seguida, ressaltava que o mesmo nunca mereceu sequer uma resenha ou comentário crítico, em lugar nenhum¹⁷. Pois bem, estas páginas foram escritas com dois objetivos, sendo um deles, justamente, o de corrigir isso. Para tanto, nada poderia ser mais apropriado do que uma publicação comemorativa nas páginas de *Antropolítica*, revista vinculada ao PPGA/UFF, que Kant de Lima não só ajudou a fundar, como a tornar-se um Programa de excelência acadêmica reconhecida nacional e internacionalmente.

O texto vem se somar a importantes celebrações que tiveram início no ano de 2024. Entre elas, cumpre destacar, primeiramente, o ciclo comemorativo dos 30 anos do NUFEP, ocorrido a partir do segundo semestre, com a participação de diversos pesquisadores brasileiros, além de convidados da França, Argentina e Portugal. De igual modo, deve-se mencionar o XI Seminário Internacional do InEAC, cuja realização no mês de novembro serviu de oportunidade para a celebração dos 15 anos de existência do Instituto. Por fim, há que se assinalar o aniversário de 80 anos de Kant de Lima, festejado de modo concomitante ao seminário, o que veio a conferir ao evento um significado ainda mais especial. Provavelmente, as comemorações ainda se estenderão um pouco, uma vez que, em 2025, completam-se 40 anos d’*A antropologia da*

16 A disciplina optativa, intitulada *Seminário Especial I: Etnografia, saberes e poderes*, foi oferecida no PPGA/UFF, no 1º semestre de 2022.

17 Em *sites* de busca virtual, encontrei uma única resenha dedicada ao livro, mas não foi possível apurar se, além da internet, ela chegou a ser publicada em algum livro ou periódico científico. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/140591156/QUANDO-OS-INDIOS-SOMOS-NOS-Resenha-do-texto-de-Roberto-Kant-de-Lima>.

academia, efeméride que, por força do acaso, coincide com o centenário de outra admirável publicação...

Um dos mais belos textos das ciências sociais, *O Ensaio sobre a dádiva* foi originalmente publicado em 1925, no primeiro tomo da segunda série da *Année Sociologique*. Dotado de múltiplas camadas, o texto do sociólogo Marcel Mauss tem se prestado a leituras renovadoras que põem em evidência aspectos já enunciados, mas ainda pouco explorados do pensamento do autor, tais como os referentes às relações entre dádiva, prazer e liberdade. Como notam intérpretes contemporâneos, a dádiva encerra um tipo especial de moral que, por meio da generosidade recíproca, proporciona aos envolvidos a “experiência de pertencer a uma comunidade que, longe de limitar a personalidade de cada um, ao contrário, a expande (Godbout, 1998, p. 11). Na contramão do que preconizam os paradigmas holista e individualista, trata-se, assim, de uma moral que reforça e alimenta o laço social, afirmando a precedência da relação entre homens-e-homens sobre a relação entre homens-e-coisas, dos afetos sobre os interesses e, não menos importante, do gesto socialmente espontâneo sobre a execução passiva das normas. Nesse sentido, pode-se dizer que aqueles que tomam parte no circuito da dádiva costumam fazê-lo porque assim o desejam e pelo fato de serem livres para isso.

A essa altura o leitor poderia se perguntar, mas, afinal, o que essa digressão tem a ver com a discussão desenvolvida até aqui? Eu responderia que muito! Como não há obra sem autor, gostaria de aproveitar as linhas que me restam para, inspirado na abordagem maussiana, tecer um comentário final como forma de reverência, reconhecimento e gratidão ao responsável pelo texto sobre o qual tive, aqui, a honra e o prazer de discorrer.

Professor emérito, pesquisador 1A do CNPq, membro das mais prestigiosas associações científicas e detentor de inúmeras láureas acadêmicas, Kant de Lima construiu sua biografia pautando-se pela generosidade e pelo engajamento social, bem como pelo devotamento para com alunos e amigos. Sempre atento ao “outro”, encontrou no exercício do seu ofício a principal via (embora não única!) de oferecer ao mundo “a dádiva de si” (Fournier, 1993), o que, ao longo do tempo, lhe tem permitido criar, manter e renovar vínculos com pesquisadores oriundos dos mais diversos contextos acadêmicos e nacionais, ensejando, assim, a constituição de múltiplos laços, bem como aprendizados pautados pelo revigorante diálogo com a diferença. Sem jamais negligenciar a desigualdade e as hierarquias próprias do nosso ordenamento social, ele há muito se deu conta de que, para compreendermos o real em sua complexidade, não podemos nos ater exclusivamente ao estudo de grupos oprimidos ou de minorias étnicas, sociais, regionais etc., uma postura que, apesar dos avanços, ainda hoje, encontra alguma resistência no meio acadêmico.

Para fazer frente aos “desafios” e “abismos de compreensão” que, eventualmente, se põem diante de si, Kant de Lima desenvolveu uma bem-sucedida fórmula que combina

imaginação sociológica, trabalho duro e “insubmissão da liberdade” (Foucault, 1995), uma lição que diferentes gerações formadas por ele, não só aprenderam, como têm passado adiante de forma irretocável. São parte desse legado a postura crítica a toda e qualquer pretensão de hierarquização dos saberes, bem como à definição moral, utilitária ou meramente convencional das prioridades temáticas das quais nos ocupamos como pesquisadores. A história da ciência e, mais particularmente, a da Antropologia, não cessam de nos dar provas de que a opção por temas não-canônicos e alheios a modismos pode ter custos elevados. Todavia, como ensina o nosso homenageado – na teoria e na prática – a liberdade é um bem de valor inestimável, do qual em hipótese alguma devemos nos alienar...

REFERÊNCIAS

1. ARANTES, Paulo. Ideologia francesa, opinião brasileira: um esquema. **Novos Estudos CEBRAP**, [s. l.], n. 30, p. 149-161, 1991.
2. DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter *anthropological blues*. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.
3. DUMONT, Louis. **Homo aequalis**: gênese e plenitude da ideologia econômica. Bauru: EDUSC, 2000.
4. EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. O método comparativo em Antropologia Social. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/191855/178461>. Acesso em: 20 de dezembro de 2024.
5. FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert Lederer (ed.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 273-295.
6. FOURNIER, Marcel. Marcel Mauss ou a dádiva de si. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 104-112, 1993.
7. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
8. GODBOUT, Jacques. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 39-52, 1998.
9. GOODY, Jack. **O mito, o ritual e o oral**. Petrópolis: Vozes, 2012.
10. KANT DE LIMA, Roberto. **Legal theory and judicial practice**: paradoxes of police

- work in Rio de Janeiro city. 1986. Tese (Doutorado em Antropologia) – Harvard University, Cambridge, 1986.
11. KANT DE LIMA, Roberto. Ordem pública e pública desordem: modelos processuais de controle social em uma perspectiva comparada (inquérito e *jury system*). **Anuário Antropológico**, n° 88. Brasília: UnB, p. 21-44, 1991.
 12. KANT DE LIMA, Roberto. The anthropology of academy: when we are the indians. In: RIPP, Arie; LAYNE, Linda; HESS, David (ed.). **Knowledge and society: the anthropology of science and technology**. Greenwich: Jai Press, 1992. p. 191-222.
 13. KANT DE LIMA, Roberto. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
 14. KANT DE LIMA, Roberto. **A antropologia da academia: quando os índios somos nós** 2. ed. Niterói: EDUFF, 1997.
 15. KANT DE LIMA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público. In: GOMES, Laura Graziela; BARBOSA, Livia; DRUMMOND, José Augusto. **O Brasil não é para principiantes: Carnavais, malandros e heróis, 20 anos depois**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 105-123.
 16. KANT DE LIMA, Roberto. Administração de conflitos, espaço público e cidadania. Uma perspectiva comparada. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 11-16, 2001.
 17. KANT DE LIMA, Roberto. A presença de Castro Faria na Universidade Federal Fluminense (1993-1998): uma perspectiva afetivo-institucional. In: CASTRO FARIA, Luiz de. **Antropologia - escritos exumados 3: lições de um praticante**. Niterói: EDUFF, 2006. p. 29-46.
 18. KANT DE LIMA, Roberto. **A antropologia da academia: quando os índios somos nós**. 3. ed. Niterói: EDUFF, 2011.
 19. O'DONNELL, Guillermo. ¿Y a mi qué me importa? Notas sobre sociabilidad y política en Argentina y Brasil. Buenos Aires: CEDES, 1984.
 20. PEIRANO, Mariza. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Ed. Sumaré, 1999. p. 225-266.
 21. PEIRANO, Mariza. O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 53-80, 2009.
 22. VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

Edilson Márcio Almeida da Silva

Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Antropologia e Professor Associado do Departamento de Antropologia, ambos da Universidade Federal Fluminense. Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos e do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da mesma instituição. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9811-3972>. E-mail: edilsonmas@yahoo.com.br